APOSENTADORIA RURAL POR IDADE

*Marcos Borges Silva*¹

*Bruno Pereira Malta*²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi conhecer os requisitos necessários para que o trabalhador rural possa aposentar por idade, além de contextualizar a Previdência Social; conhecer sobre a importância da Seguridade Social; ressaltar sobre o Trabalhador Rural e o Segurado; analisando a Aposentadoria Rural por idade e avaliando o Trabalhador Rural e a nova Reforma da Previdência. Sabe-se que foi a Lei nº. 8.213/91 que fixou o direito à aposentadoria rural por idade ao trabalhador rural, no valor de um salário mínimo vigente à época da data do requerimento, e além do requisito idade, é indispensável que o trabalhador rural comprove o exercício da atividade rural. Assim, através de um estudo descritivo e exploratório de revisão bibliográfica, verificou-se que entre os requisitos que o trabalhador rural precisa para se aposentar destaca-se que ele tem que provar que exerceu atividade de forma subordinada e habitual e não eventual, recebendo salários do empregador rural devendo comprovar o vínculo empregatício, ter 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, e no efetivo exercício de atividade rural, aposentadoria, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência da aposentadoria por idade, pois atualmente, são 180 meses, ou 15 anos. Assim, a previdência social rural, hoje, está em igualdade de condições com a previdência urbana, e com a Reforma da Previdência Social, não houve alteração dos requisitos para ter direito à aposentadoria rural, ficando assim, valendo as regras anteriores.

Palavras chave: Aposentadoria. Trabalhador Rural. Benefícios. Reforma da Previdência.

---

¹ Acadêmico do décimo período de Direito, pela Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

² Orientador, especialista em Processo Penal - Professor da Universidade de Rio Verde Campus Caiapônia, GO.

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social, em todos os seus segmentos, visa buscar, atender e garantir um mínimo de dignidade a todos aqueles que exercem atividade remunerada, seja em caso de doença superveniente ou em virtude da idade do segurado, e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ao abordar os direitos sociais, vem equiparando os direitos do trabalhador rural.

Sabe-se que o trabalhador rural é “toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte em dinheiro e parte in natura” (MARTINEZ, 2014, p. 40).

Assim, pode-se dizer que o interesse para este estudo, foi por morar numa região onde a maioria dessas aposentadorias concedidas são para o meio rural, e um dos grandes problemas encontrados na hora de aposentar são os requisitos necessários para obtê-las, pois muitos desconhecem quais são, principalmente, porque os indivíduos que procuram o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para requerê-las, são pessoas humildes e desinformadas e muitas vezes com poucas instruções quando o assunto é aposentadoria, enfrentando dificuldades, pois desconhecem a necessidade de documentar todos os períodos que trabalham no meio rural.

Além disso, o benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural, é um dos mais requisitados no âmbito da previdência social, mas pode-se constatar que somente com a Constituição Federal de 1988 (COSTA, 2018), foi que ela teve um tratamento de forma diferente, no qual se teve a preocupação com essa categoria, positivando as regras para a classe dos agricultores e outras atividades rurais, além de promulgar várias legislações para que esses trabalhadores pudessem ter seus direitos garantidos.

Atualmente, a Lei em vigor é a 8.213/91 e em seus § 1º e 2º, menciona a idade mínima para acessar o benefício, mas, a redução da idade está citada na lei, pelo trabalhador rural estar sempre em exposição, dificuldades e cansaço físico do trabalho rural, são mencionados como requisitos que comprovam a necessidade da diminuição da idade, no caso das mulheres é de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e homem 60 (sessenta) anos de idade, mas para efeito de aposentadoria, deve-se também comprovar o efetivo exercício de atividade rural, que é de 15 anos para a mulher e 20 anos para os homens e a comprovação é realizada via declaração do sindicato (TEIXEIRA, 2019).

Além do mais, grande maioria dos trabalhadores rurais não vende sua plantação, pois boa parte desses agricultores cultivam para se sustentar, não podendo dessa forma contribuir com a previdência. Assim, diante de tantas dificuldades, informações e conhecimentos, o propósito deste estudo torna-se relevante.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL

Previdência Social é considerado um seguro público que tem como atribuição garantir que as fontes de renda do contribuinte sejam amparadas quando sua capacidade laboral estiver afetada temporária ou permanentemente (AFONSO; AMARO 2018). As contribuições realizadas ao sistema previdenciário tendem a custear a mudança em relação à renda do trabalhador quando ele não puder desempenhar mais suas atividades laborais profissionalmente, como em casos de doença, invalidez, idade avançada (aposentadoria), desemprego involuntário ou mesmo a maternidade e a reclusão (CUNHA; MENEZES, 2019; RIBEIRO, 2018).

Segundo Castro e Lazzari (2011, p. 35) a origem da previdência social surgiu para “proteção social dos indivíduos em relação a eventos que lhes possam causar a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de subsistência por conta própria, pela atividade laborativa”.

No Brasil, a Previdência Social teve marco inicial com a Lei 4.682, de 24 de janeiro de 1923, ficou conhecida como Lei Eloy Chaves e dispõe sobre a instituição das primeiras caixas de aposentadoria, restrita sua proteção a determinadas categorias profissionais (OLIVEIRA, 2013, p. 3).

Para Castro e Lazzari (2011), a gestão do Regime Geral da Previdência Social - RGPS é realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS autarquia federal, sendo responsável pela concessão dos benefícios e serviços, regida pela Lei nº 8.213/91 intitulada “Plano de Benefícios da Previdência Social”.

Em relação à Previdência Social Rural, está foi incluída na previdência por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei. 4.214/63) que veio a regulamentar os sindicatos rurais, instituindo a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais e criando o fundo de assistência (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2018). Em 1965, os sindicatos foram reconhecidos através da portaria nº. 395, que estabeleceu o processo de fundação e

organização e em 1967, o decreto lei nº. 276, transferiu-se para o comprador a obrigatoriedade de recolher a contribuição de 1% sobre os produtos rurais (NERY, 2016). O Programa de Assistência Rural (PRORURAL), foi criado em 1971 diretamente ligado do FUNRURAL, que previa benefícios de aposentadoria e ao aumento dos serviços de saúde conferido aos trabalhadores rurais (NERY, 2016; MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2018).

O estudo de Paidá (2019), explica que a Constituição Federal de 1988 conferida com as Leis nº. 8.212/91 e nº. 8.213/91, passou a prever a entrada do idoso e dos inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social em regime especial, desde que comprovassem a condição de produtor, parceiro, meeiro, arrendatário, garimpeiro, pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges que desempenhassem suas atividades em regime familiar sem empregados permanentes. Assim, a previdência social rural está em igualdade de condições com a previdência urbana, ressalvado algumas características acerca da qualidade de segurado e o regime em que se enquadra (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2018).

O seguro social nasceu da necessidade de amparar o trabalhador, protegê-lo contra os riscos do trabalho, então era indispensável um sistema de amparo social que alcançasse todos os indivíduos e os protegesse em todas situações de necessidade, em qualquer período de suas vidas (LENZA, 2013; RIBEIRO, 2018).

O seguro social brasileiro iniciou-se com a organização privada, sendo que, aos poucos, o Estado foi apropriando-se do sistema por meio de políticas intervencionistas e as primeiras entidades a atuarem na seguridade social foram as santa casas da misericórdia, como a de Santos, que, em 1543, prestava serviços no ramo da assistência social (KERTZMAN, 2015).

Ainda sobre este assunto Aguiar, Melo e Guimarães (2014), acrescentam que com a Constituição de 1988 houve dentro da seguridade social o engajamento de três atividades que são: saúde, previdência social e assistência social. Depois da Constituição houve a criação do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social com a junção do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS com o IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social através da Lei 8.029 de 1990 (AMADO, 2015; SILVA, 2017).

2.2 O TRABALHADOR RURAL E O SEGURADO

O trabalho rural é analisado como toda atividade desempenhada em propriedade rural com fins lucrativos, ou, em prédio rústico destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa

ou agroindustrial, mesmo sendo situado em perímetro urbano, mas com atividade utilizada em agro economia (JESUS, 2015; MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2018).

O trabalhador rural é definido pelo Estatuto do Trabalhador Rural, em seu artigo 2º, como: ‘Trabalhador Rural para os efeitos desta lei é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte em dinheiro e parte in natura’ (MARTINEZ, 2014, p. 40).

Segundo Broch et al., (2016), dentro do significado de trabalhador rural, têm seis aspectos essenciais marcantes pelo Estatuto do Trabalhador Rural que são:

- Ser trabalhador rural pessoa física ou natural;
- Serem permanentes os serviços executados pelo trabalhador, afastando o trabalhador eventual da tutela do Estatuto.
- Haver dependência jurídica em relação ao empregador, o que, por seu turno, arredava o trabalhador autônomo;
- Ocorrer remuneração, com a consequente exclusão de serviços gratuitos;
- Poder o pagamento ser feito em dinheiro e in natura, mas nunca apenas in natura; e
- Além da natureza rural dos serviços prestados, estes deveriam situar-se na propriedade rural ou prédio rústico.

De acordo com Jesus (2015), observa-se que foi somente a partir de 1963, que o trabalhador Rural foi incluído na legislação previdenciária, através da Lei nº 4.214, de 02/03/1963 a qual dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, regulamentando assim, o trabalho rural e criando o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. Com a Constituição Federal de 1.988 o trabalhador rural passou a ter direitos mais amplos, ficando os direitos do trabalhador rural completamente iguais ao trabalhador urbano (RIBEIRO, 2019; PAIDA, 2019).

Segundo Silva (2017), os segurados, são pessoas que tem direito à aposentadoria por idade rural, sendo que esta deve estar regulamentada pela Lei 8.213/91 e pela Lei 8.212/91. Deste modo, a Lei 8212/91, dispõe nomeadamente no inciso VII no art. 12 que:

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (BRASIL, 1991)

Conforme ressalta o estudo de Maranhão e Vieira Filho (2018), a legislação traz o conceito dos segurados especiais em:

- Produtor rural: é a pessoa proprietária, ou não de imóvel rural que desenvolve atividade agropastoril ou hortifrutigranjeira por conta própria, sozinha ou regime de economia familiar.
- Parceiro: é aquele que junto com o proprietário do imóvel celebra um contrato, dividindo os lucros de seu trabalho com o proprietário do imóvel da atividade agropecuária desenvolvida.
- Meeiro: é aquele que celebra com o proprietário do imóvel um pacto em que será dividido os rendimentos da atividade agropecuária.
- Arrendatário: é aquele que mediante contrato paga aluguel ao proprietário do imóvel rural, para desenvolver atividades agropecuária em suas terras.
- Comodatário: é aquele que cultiva na propriedade de outro por empréstimo, a título gratuito.

Sobre a Lei 8.213/91, que aborda o plano de benefícios, pode-se dizer que ela reproduz a norma antecedente em seu art. 11, bem como o decreto nº 3048/99 que regulamenta as leis da Previdência Social em seu artigo 9º. No art. 11, este ressalta que são segurados obrigatórios da Previdência Social como pessoa física, denominando as pessoas que são incluídas nesta lei (MARTINEZ, 2014; JESUS, 2018; MOTA, 2019).

2.3 DA APOSENTADORIA RURAL POR IDADE

As considerações trazidas pela Constituição Federal de 1988, são relevantes para a concessão do benefício de aposentadoria por idade em relação a Lei Complementar nº 11 de 25/05/1971 que traria o benefício da aposentadoria por velhice no valor de 50% do salário mínimo vigente, ao agricultor que tivesse completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade e era proposto somente ao chefe ou arrimo da família, e no geral só os homens recebiam (NOLASCO, 2012; JESUS, 2018; AZEVEDO, 2019).

Segundo Jesus (2015) o art. 201, §7º, inciso II da Constituição Federal gerou contrapartida entre as aposentadorias, especialmente no que diz respeito a aposentadoria do segurado especial:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (BRASIL, 1998).

A comprovação da idade, de acordo com Martinez (2014), pode ser feita através do registro de nascimento e/ou certidão de casamento. Contudo, se a pessoa não possui nenhum dos documentos pessoais ou não sabe em qual cartório poderá obtê-los, nesse caso é possível convencer o INSS por meio de um novo registro de nascimento ou comprovar a sua idade avançada. Evidências médicas podem ser requeridas para a comprovação da idade, que será adquirida com o exame médico emitido pelo profissional após uma perícia geriátrica.

Segundo Godoy (2010); Nolasco (2012); Ribeiro (2018) e Maranhão e Vieira Filho (2018), explicam que a Lei nº 8.213/91, estabeleceu a classificação dos trabalhadores rurais em três classes:

- **Empregado rural:** trata-se da pessoa física que, na propriedade rural ou imóvel campestre, presta serviços contínuos ao empregador rural, mediante dependência e salário, além disso, esse tipo de empregado precisa atender os mesmos requisitos do empregado urbano que são: prestação contínua de serviços com subordinação; pessoalidade com pagamento.
- **Trabalhador contribuinte individual:** dentro do setor rural, o trabalhador que exerce atividade de maneira eventual a uma ou mais pessoas sem nenhuma relação empregatícia. Ou seja, é a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área, contínua ou descontínua, superior a quatro módulos fiscais.
- **Segurado especial:** é considerado uma espécie de segurado obrigatório da Previdência Social, mas com certas distinções diferentes dos demais em relação à sua forma de contribuição e os benefícios a ele inerentes; fazem parte dessa espécie àqueles trabalhadores que constam no art. 195, § 8º, em que a sua contribuição acontece quando há comercialização dos seus produtos devendo o mesmo recolher 2% da sua renda bruta originária da comercialização e 0,1% quando esta resultar de financiamento prestacional em decorrência de acidente de trabalho.

Segundo Jesus (2018) independentemente do tipo do trabalhador rural enquadrado em qualquer uma das categorias, tem o direito do benefício de aposentadoria por idade, bastando apenas a comprovação do exercício de atividade rural compreendendo o período exigível de carência do benefício.

2.4 A APOSENTADORIA POR IDADE E SEUS REQUISITOS

Na aposentadoria por idade, o empregado rural deverá provar que exerceu atividade de forma subordinada e habitual e não eventual, recebendo salários do empregador rural que explora atividade econômica e para ter acesso aos benefícios previdenciários como trabalhador rural, deverá comprovar o vínculo empregatício, que, uma vez reconhecido, ensejará a anotação na Carteira do Trabalho e exigirá, do empregador, a retenção e o recolhimento das contribuições sociais devidas (BROCH, 2016; RODRIGUES, 2019).

Silva (2017), explica que com base no art. 201, § 7º da Constituição Federal com as prevenções citadas nos arts. 48 a 51 da Lei nº 8.213/91 e nos arts. 51 a 55 do Decreto nº 3.048/99, a permissão da aposentadoria do trabalhador rural por idade precisa do preenchimento de dois requisitos que são:

- a) possuir o trabalhador rural, qualquer que seja a categoria de segurado, 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;
- b) efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento da aposentadoria, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência da aposentadoria por idade (atualmente, são 180 meses, ou 15 anos), computado o período das atividades não vedadas ao segurado especial.

Para Nolasco (2012), em relação à comprovação do tempo de serviço, o qual envolve efetivo exercício de atividade rural só causará efeitos quando baseada, pelo menos, em início de prova material, porque o meio probatório não pode ser somente testemunhal, salvo no caso de motivo de força maior ou no fortuito. O artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991):

Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.

Segundo elucida Santos (2016), a comprovação do exercício de atividade rural, em sua maioria, é feita conforme a apresentação dos documentos previstos no art.106 da Legislação Previdenciária vigente com a redação conferida pela Lei n. 11.718 de 20 de junho de 2008 e minudenciada pelo Regulamento da Previdência Social, Decreto n. 3.048/99 (artigo 62, §2º inc. II), em que será feita, de forma alternativa, por meio de:

- I – Contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- II – Contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- III – Declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- IV – Comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;
- V – Bloco de notas do produtor rural;
- VI – Notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7o do art. 30 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;
- VII – Documentos fiscais relativos à entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;
- VIII – Comprovações de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;
- IX – Cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou
- X – Licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra.

Para Ramos Júnior (2019), a regra do art. 143, da Lei de Benefícios, estendeu este direito a todos os trabalhadores rurais, quando só poderá exigir a constatação de carência, para solicitar aposentadoria por idade junto à Previdência, durante o prazo mínimo de 15 (quinze) anos a partir 25/07/1991, pois a legislação que vigorava anteriormente a essa data não a exigia.

Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

Freitas (2019), ressalta sobre a idade para o trabalhador rural se aposentar, de acordo com a Lei 8.666/93 em seu art. 48, menciona que:

Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. Mas, a idade mencionada é para os trabalhadores urbanos, no qual é exigida a idade de 65 (sessenta e cinco) anos para homens e 60 (sessenta) anos para mulheres (BRASIL, 1993).

Segundo estudos de Silva (2017), a diminuição da idade para a aposentadoria do trabalhador rural, se deve à grande exposição que o trabalhador enfrenta durante todo o período laborado, haja vista, ser um serviço penoso e bastante desgastante, por isso, se entendeu a necessidade de compensar todo este desgaste físico causado pelo labor rural.

O estudo de Strazzi (2019), complementa, afirmando que, os requisitos para a concessão de aposentadoria especial por idade do trabalhador rural, ou seja, carência e idade são cumulativas, posto isto, o direito à aposentadoria somente é adquirido com o preenchimento de todos os requisitos.

Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar, e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes (KERTZMAN, 2014).

De acordo com o estudo de Silva (2017), quando o segurado especial exercer a atividade rural em regime de economia familiar, suas informações previstas do art. 106 da Lei 8.213/91 deverão ser considerados para todos os membros do grupo familiar, desde que uns tenham colaborados com outros e estes possam confirmar o vínculo familiar, segundo o artigo 115, § 1º da Instrução Normativa nº 45/2010.

§ 1º - Os documentos de que tratam os incisos I, III a VI, VIII a IX do caput devem ser considerados para todos os membros do grupo familiar, para concessão dos benefícios previstos no inciso I e parágrafo único do art. 39 da Lei nº 8.213, de 1991, para o período que se quer comprovar, mesmo que de forma descontínua, quando corroborados com outros que confirmem o vínculo familiar, sendo indispensável a entrevista e, se houver dúvidas, deverá ser realizada a entrevista com parceiros, confrontantes, empregados, vizinhos e outros,

Para Amado (2019) quando existe o trabalho rural em regime de economia familiar, nada mais correto do que os documentos em nome de um dos integrantes do grupo ser em aproveitado pelos outros trabalhadores, pois o trabalho dos membros é exercido conjuntamente, sendo este o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer os requisitos necessários para que o trabalhador rural possa se aposentar por idade.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar a Previdência Social;
- Conhecer sobre a importância da Seguridade Social;
- Ressaltar sobre o Trabalhador Rural e o Segurado;
- Analisar a Aposentadoria Rural por idade;
- Apresentar o conceito de Trabalhador Rural e a nova Reforma da Previdência.

4. METODOLOGIA

Este estudo fundamentou-se em descritivo e exploratório de revisão bibliográfica, pois sabe-se que a pesquisa descritiva usa padrões textuais como, por exemplo, questionários, para a identificação do conhecimento, pois a pesquisa descritiva se aplica ao levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população ou segmento dela (GIL, 2002).

A pesquisa bibliográfica abrange publicações em relação ao tema de estudo, como: publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, rádio, gravações em fita magnética, filmes e até televisão, e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2006).

A coleta de dados nesta pesquisa realizou-se por meio de livros, doutrinas e busca *online* das produções científicas com publicações em língua portuguesa, artigos científicos, periódicos da CAPES, dissertações e teses, entre outros e da Biblioteca Central da UniRV – Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, pertinentes ao tema.

5. ANÁLISES E DISCUSSÃO

Ao dissertar sobre as análises e discussão, observa-se conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, que a seguridade social brasileira busca assegurar os direitos básicos aos cidadãos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, pois é evidente a relevância da previdência social na sustentabilidade da sociedade, garantindo o direito básico de aposentadoria aos que já não possuem mais condições de trabalho (DELGADO; JACCOUD; NOGUEIRA, 2009; SILVA, 2017; COSTA, 2018; AZEVEDO, 2019).

Sobre a previdência social, o estudo de Castro e Lazzari (2011, p. 56), elucidam que é o ramo da atuação estatal que visa à “proteção de todo indivíduo ocupado numa atividade laborativa remunerada, para proteção dos riscos decorrentes da perda ou redução, permanente ou temporária, das condições de obter seu próprio sustento”.

Para Mattioni (2014), a Previdência Social do Brasil é um órgão de amparo social, a qual tem por finalidade assegurar benefícios aos contribuintes que não estão mais aptos ao serviço e seus dependentes que necessitam economicamente de recursos. Além disso, ela visa a garantir assistência a seus contribuintes, ou seja, é uma instituição pública que possui caráter contributivo e desse modo é responsável pela proteção dos trabalhadores filiados a ela.

Em relação à seguridade social, Andrade (2012), leciona que ela é parte integrante da ordem social, compreendendo um conjunto interligado de ações de empreendimento dos Poderes Públicos e da sociedade proposta a assegurar e garantir os direitos que diz respeito à saúde, à previdência e à assistência social segundo o art. 194 da CF/88(BRASIL, 1988), assim, ela é um sistema de proteção social composto por três subsistemas: previdência, assistência social e saúde.

A Previdência Social brasileira, que abarca a maior parte dos indivíduos, sempre foi de natureza contributiva, conforme descrito na Constituição de 1988, em seu art. 201, sendo que os trabalhadores contribuem de forma compulsória e outros contribuem facultativamente para custeio deste regime. Assim, todos filiados à Previdência Social possuem o direito de receber benefícios previdenciários, sempre que provarem necessidade do mesmo, desse modo, pode o contribuinte ou seus dependentes receber o amparo (CASTRO; LAZZARI, 2011, p. 14).

Ainda sobre Seguridade Social, Silva e Gouveia (2017) explicam que é um importante componente da organização social sendo um dos meios que buscam garantir um sistema econômico equilibrado, buscando por meio de seus princípios que a finalidade da seguridade

seja atingida. Além disso, ela possui princípios que são a base para que não seja perdido a direção fundamental para a aplicação dos direitos sociais inclusos na seguridade social.

Sobre o empregado rural, o estudo de Broch et al. (2016) elucidam que ele é considerado a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que cultive alguma atividade agrícola, em caráter permanente ou temporário, podendo ser direta ou por meio de prepostos e com assistências de funcionários (art. 3º da Lei 5.889/73).

Os estudos de Ribeiro (2018) e Jesus (2019), ressaltam que os trabalhadores rurais são divididos em quatro categorias de segurado, levando em conta as circunstâncias da profissão ou condição pessoal desses profissionais:

- Segurado empregado: são pessoas que presta serviço, de forma habitual, **subordinado a um empregador**, em um prédio rústico ou em uma propriedade rural, possuindo **um vínculo de emprego**, pois há o registro na Carteira de Trabalho das atividades rurais prestadas ao empregador. São geralmente as pessoas que cuidam de gado, fazem a colheita de plantações, aram e tratam a terra;
- O Segurado contribuinte individual: são os trabalhadores que prestam serviços de forma **habitual e sem vínculo de emprego** e são em sua maioria, os boias-frias, diaristas rurais e trabalhador volantes;
- Segurado trabalhador avulso: diz respeito aos trabalhadores que prestam serviço rural a várias empresas, sem vínculo de emprego, mas com **intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor** e são predominante os trabalhadores boias-frias e diaristas rurais;
- O segurado especial: são trabalhadores que exercem **algumas** atividades rurais de maneira individual ou em regime de economia familiar **sem vínculo de emprego**. Entre eles tem-se: produtores rurais; pescador artesanal; indígena; garimpeiro; membros da família de segurado especial.

Em relação a Previdência Social Rural, Maranhão e Vieira Filho (2018), ressaltam que ela constitui-se num dos principais direitos sociais alcançados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e uma das mais efetivas políticas públicas que alcançou ao campo brasileiro, e sua fundamental mudança ocorreu com a Constituição Federal de 1988, incluindo esta classe de trabalhadores e as trabalhadoras rurais no Regime Geral de Previdência Social, observando o suporte para a manutenção de seus direitos o Sistema de Seguridade Social com a sua diversificada base de financiamento.

O estudo de Gregório (2020), explicam que a aposentadoria rural no Brasil é assegurada pelo artigo 48 da Lei n. 8.213/91, beneficiando aquelas pessoas que trabalham unicamente em atividades do campo, seja em caráter individual, seja em economia familiar.

O estudo de Ingrácio (2020), acrescenta que a **aposentadoria rural é destinada aos trabalhadores que trabalham na zona rural** das cidades. Devido à essa condição, esses trabalhadores possuem requisitos diferentes dos trabalhadores da zona urbana, porque geralmente convivem com **situações mais difíceis no dia a dia**.

O estudo de Neves (2013), elucida que para se ter o direito à concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o período do exercício de atividade equivalente à carência deve ser medida no período anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima. No que diz respeito ao trabalhador rural, é o tempo mínimo determinado de contribuições mensais que são imprescindíveis para que o segurado tenha direito ao benefício de aposentadoria, e estas são respeitadas a partir do primeiro dia dos meses de suas competências (TORRES, 2012; JARDIM, 2019).

Sobre o artigo 24 da Lei 8.213/9, Ribeiro (2018), ressalta que ele explica que o período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário possa obter o benefício, respeitadas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências, pois o período da carência é computado a partir do efetivo exercício da atividade rural, com fundamento no tempo de atividade rural exercida pelo rurícola. Assim, o segurado deve provar através de documentos, o tempo da atividade rural para o período de carência pertinente ao benefício.

De acordo com o estudo de Nery (2016), **o trabalhador rural** faz parte do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o mesmo dos trabalhadores da iniciativa privada, e **não precisa contribuir** mensalmente com a previdência por conta das **dificuldades particulares desse tipo de profissão** e para receber o benefício, o trabalhador precisa apenas **comprovar ter exercido a atividade por 15 anos** e ter **a idade mínima de 55 anos (mulheres) ou 60 anos (homens)**.

Segundo ressalta Moraes (2020), a **aposentadoria rural tem requisitos mais facilitados** em relação à aposentadoria dos trabalhadores urbanos, sobretudo pelas **condições de trabalho** que os trabalhadores rurais enfrentam.

Em relação à reforma da previdência para os trabalhadores rurais, Jesus (2019), em seu estudo, esclareceu que o Congresso Nacional recebeu, em fevereiro de 2019, a proposta da **nova**

Reforma da Previdência, elaborada pela equipe econômica do atual Presidente Jair Bolsonaro, na qual foram apresentadas mudanças para o sistema previdenciário através de uma emenda no texto da PEC 287/16, a antiga Reforma da Previdência que tramitava na época do governo do presidente Temer.

A Reforma da Previdência, segundo explica Ingrácio (2020), que entrou em vigor no dia 13/11/2019, não trouxe alterações para a reforma do trabalhador rural, desta forma, para os períodos antes e depois da reforma as regras continuam as mesmas e como a aposentadoria por idade para o trabalhador rural não estabelece contribuição previdenciária, o valor do benefício será sempre de um salário mínimo para o trabalhador rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, que teve como problema investigar se os trabalhadores rurais conhecem os requisitos necessários para obter a aposentadoria rural, visto que sem eles esses trabalhadores não podem adquirir seus direitos, pois a Previdência Social do Brasil é um órgão de amparo social. Ela tem a finalidade de assegurar benefícios aos contribuintes que não estão mais aptos ao serviço e a seus dependentes que necessitam de recursos para a sua sobrevivência e é custeada principalmente pela cobrança de um tributo diretamente no salário do trabalhador e esse direito está previsto na Constituição Federal.

Assim, a previdência social rural, hoje, está em igualdade de condições com a previdência urbana, ressalvado algumas características acerca da qualidade de segurado e o regime em que se enquadra.

Além do mais, a aposentadoria do trabalhador rural tem, atualmente um caráter semi assistencial, tratando de um benefício previdenciário, ligado a uma atividade rural, devidamente provada, após um período de 15 anos, nas condições previstas na Constituição Federal e na Legislação infraconstitucional.

Com a Reforma da Previdência Social, não houve alteração dos requisitos para ter direito à aposentadoria rural, ficando assim, valendo as regras anteriores que são: idade mínima para homens é de 60 anos e para as mulheres é de 55 anos. O tempo de contribuição o trabalhador rural terá que comprovar no mínimo 180 meses trabalhados na atividade rural tanto para homens, como para mulheres e a contribuição sobre comercialização a alíquota continua em 1,3%.

RURAL RETIREMENT BY AGE

ABSTRACT

The objective of this study was to know the requirements necessary for rural workers to retire by age, in addition to contextualizing Social Security; know about the importance of Social Security; to emphasize on the Rural Worker and the Insured; analyzing Rural Retirement by age and evaluating Rural Worker and the new Pension Reform. It is known that it was Law n°. 8.213 / 91, which established the right to rural retirement by age for rural workers, in the amount of a minimum wage in force at the time of the date of the application, and in addition to the age requirement, it is essential that rural workers prove the exercise of rural activity. Thus, through a descriptive and exploratory study of bibliographic review, it was found that among the requirements that rural workers need to retire it stands out that they have to prove that they exercised activity in a subordinate and habitual way and not occasional, receiving wages the rural employer must prove the employment relationship, be 60 (sixty) years old, if male, and 55 (fifty-five) years old, if female, and in the effective exercise of rural activity, retirement, for a time equal to the number of contribution months corresponding to the grace period for retirement by age, as currently, it is 180 months, or 15 years. Thus, rural social security, today, is on an equal footing with urban social security, and with the Social Security Reform, there was no change in the requirements for entitlement to rural retirement, thus making it valid for the previous rules.

Keywords: Retirement. Rural worker. Benefits. Social Security Reform.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L.; MELO, D. S.; GUIMARÃES, H. F. *Do Direito Previdenciário*. 2014. Disponível em: <<https://livrodireitoprevidenciario.com/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

AMADO, F. *Direito e Processo Previdenciário Sistematizado*. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. *Curso de Direito e Processo Previdenciário*. JUSPODIVM. 2019. Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

AMARO, L. C.; AFONSO, L. E. Quais são os efeitos do envelhecimento populacional nos sistemas previdenciários de Brasil, Espanha e França? *R. bras. Est. Pop.* Belo Horizonte, v.35, n. 2, 2018.

ANDRADE, F. C. M. *Direito Previdenciário I*. São Paulo, 2012.

AZEVEDO, A. *Tempo de contribuição para trabalhador rural deve ser reduzido na reforma*. 2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 10 ago. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, v. 129, n. 142, p. 14801. 25 jul. 1991.

_____. Presidência da República. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 de jul. de 1991. Não paginado. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/lei8213.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado, 1988.

_____. Presidência da República. Lei n. 11.718, de 20 de junho de 2008. Acrescenta artigo à Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei no 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nos 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 de jun. de 2008. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11718.htm>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. Presidência da República. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 de jun. de 1993. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. Presidência da República. Decreto n. 3.048, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 06 de maio de 1999. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 23 out. 2019.

BROCH, A. E.; MATIAS, W. C. S.; CRUZ, D. F.; SANTOS, A. V.; XAVIER, Z. P. *Previdência Social Rural: potencialidades e desafios*. Brasília/DF, 2016.

CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. *Manual de direito previdenciário*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

COSTA, M. *Cartilha de Direito Previdenciário*. Comissão de Direito Previdenciário. São Paulo: OAB Seccional São Paulo, 2018.

CUNHA, A. R.; MENEZES, L. F. *O que muda com a reforma da Previdência*. 2019. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DELGADO, G.; JACCOUD, L.; NOGUEIRA, R. P. *Seguridade social: redefinindo o alcance da cidadania. Políticas sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, v. 1, n. 17, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREGÓRIO, C. C. L. *Como ficou a aposentadoria rural após a Reforma da Previdência? Quais são as novidades, quais foram as alterações, quais são os requisitos e como ficará o salário de benefício?* 2020. Disponível em: <<https://carolclgregorio.jusbrasil.com.br/artigos/830455922/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

INGRÁCIO, A. *Aposentadoria Rural 2020 com a Reforma da Previdência*. 2020. Disponível em: <<https://ingracao.adv.br/aposentadoria-rural-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

JARDIM, E. *Reforma da Previdência: quais os impactos para nossos cidadãos e empresas?* 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/reforma-da-previdencia-quais-os-impactos-para-nossos-cidadaos-e-empresas/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

JESUS, E. A previdência social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição. *Revista Katál*, v. 18, n. 2, p. 213-221, jul./dez. 2015.

JESUS, J. F. *A solidariedade e a contributividade na previdência rural: Uma análise da posição dos segurados especiais trabalhadores rurais em uma perspectiva macro de seguridade social*. 2018. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

KERTZMAN, I. *Curso de Direito Previdenciário*. 12. ed. Salvador, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LENZA, P. *Direito Previdenciário Esquematizado*. 3.ed São Paulo: Atlas, 2013.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Previdência Rural no Brasil*. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

MATTIONI, L. D. L. Previdência social: o amparo social ao idoso. 2014. *Âmbito Jurídico*. Disponível em: <<http://ambito-juridico.com.br>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MARTINEZ, W. N. *Curso de Direito Previdenciário*. Doutrina e Exercícios. 6. ed. São Paulo, 2014.

MORAIS, F. *Aposentadoria rural e a reforma da previdência*. 2020. Disponível em: <<https://filipedemoraissadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/822162571/aposentadoria-rural-e-a-reforma-da-previdencia?ref=feed>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MOTA, C. V. *Reforma da Previdência: um retrato das aposentadorias no Brasil em 6 fatos*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46866691>>. Acesso em: 22 maio 2019.

NERY, P. F. *Reforma da Previdência: uma introdução em perguntas e respostas*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/Conleg/Senado Federal, 2016.

NEVES, I. *Direito da Segurança Social princípios fundamentais numa análise prospectiva*. Coimbra: Coimbra, 2013.

NOLASCO, L. Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo. *Revista Âmbito Jurídico*, ano 18, n. 98, 2012.

OLIVEIRA, A. *Seguridade e previdência social*. São Paulo: Atlas, 2013.

PAIDA, Z. Trabalhador Rural. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 25 ago 2019.

RAMOS JÚNIOR, W. *Reforma da Previdência: objetivos*. 2019. Disponível em: <<https://saberalei.jusbrasil.com.br/artigos/417493537/reforma-da-previdencia-objetivos>>. Acesso em: 12 out. 2019.

RIBEIRO, A. *Envelhecimento populacional e previdência*. 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/envelhecimento-populacional-previdencia.htm>>. Acesso em: 12 out. 2020.

SANTOS, M. F. *Direito previdenciário esquematizado*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SANTOS, C. A. *Aposentadoria por atividade rural*. Conheça seus Direitos. 2019. Disponível em: Disponível em: <<https://cmpprev.com.br/blog/aposentadoria-atividade-rural-como>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, F. *Benefício previdenciário de aposentadoria especial por idade ao trabalhador rural*. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60907/beneficio-previdenciario-de-aposentadoria-especial-por-idade-ao-trabalhador-rural/3>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

STRAZZI, A. *Aposentadoria por Idade: O Guia Definitivo*. 2019. Disponível em: <<https://crpsjuntasderecursos.wordpress.com>>. Acesso em: 31 mar. 2020. TEIXEIRA, V. *Reforma da Previdência: Mudanças na aposentadoria rural*. 2019. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

TORRES, F. C. D. Princípios da seguridade social. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 98, mar, 2012.